



As consequências da falta de líderes

Benedicto Ismael Camargo Dutra (*)

Poucos seres humanos se dedicam a examinar de que forma estão vivendo. Neste período de dois milênios tem predominado a cobiça e a busca da satisfação a qualquer custo, seja no feudalismo, na revolução industrial, no capitalismo, no comunismo

A essência espiritual e a individualidade têm sido achatadas como coisas. Cabia aos líderes políticos, econômicos e religiosos estarem imbuídos de sua alta responsabilidade porque as suas ações influenciam o destino da humanidade, tanto que hoje o caos e a pobreza estão espalhados pelo planeta Terra.

Todos sentem a necessidade de que haja liderança honesta e responsável, que defina metas alcançáveis e incentive a jornada do desenvolvimento. A percepção de egocentrismo da parte dos líderes repele a colaboração espontânea. O surgimento de interpretações dúbias sempre causa danos. Os canais de comunicação devem estar abertos com transparência. O que estamos fazendo? Para onde estamos indo? O que se deve fazer hoje e o que deixar para amanhã? Para alcançar resultado satisfatório, o importante é a unidade da vontade de todos no esforço para buscar os objetivos estabelecidos em comum.

A humanidade, a não ser no campo tecnológico, não demonstra estar mais evoluída em comparação com o período entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial. A sexualidade se apresenta embrutecida. Criminalidade e narcotráfico estão se aproximando, inclusive infiltrando agentes no poder. A indolência espiritual gera caos atraindo os males que afligem a humanidade. O viver passa a ser uma farsa, uma grande mentira. Cobiça, vaidade e sede de poder têm sido motores de guerras, exploração e destruição. A humanidade tem dado pouca atenção ao ensinamento básico de Jesus, o Amor de Deus: “amar o próximo como a si mesmo e não causar danos a ele para satisfazer a própria cobiça.”

Para satisfazer a própria cobiça por riqueza e poder, os seres humanos não vacilam em causar danos aos seus semelhantes. A caótica situação do planeta Terra tem despertado a

atenção. Vídeos e artigos estão surgindo sobre essa questão. São textos bem estruturados chamando a atenção para este momento de transformações profundas, alertando para as ocorrências que se avolumam gerando sérias ameaças, unindo antigas profecias a acontecimentos atuais, indicando que nelas há um fundo de verdade que se manifestará no futuro que se aproxima, trazendo as consequências decorrentes da forma displicente de como o ser humano utilizou o tempo que lhe foi concedido para evoluir.

Estão falando por aí que há muita gente pronta para invadir Ucrânia, Irã, Taiwan, Venezuela e Europa. Conflitos menores e médios são uma constante. É necessário buscar a paz verdadeira. As mídias têm agitado a questão de forma intensa. Tem muita gente falando que em 2025 haverá um estouro. E em 2026, outro ainda maior. O que dizem é muita coisa, vai envolver tudo. Por que não dizem que a paz é possível se houver mudança de sintonia?

Desde a era do feudalismo, os seres humanos não têm se empenhado na construção de um mundo pacífico, justo e de real progresso, com liberdade e individualidade. Antes disso estava ainda pior com o comércio de pessoas escravizadas. Os homens não se sensibilizaram com as palavras do Messias. Veio a Revolução Industrial, o Capitalismo, o Comunismo, o Capitalismo de Estado, agora surge o Tecnofeudalismo, entendido como a concentração do poder global através da tecnologia sem alma.

É tempo de nos tornarmos autênticos seres humanos, semeando boa vontade, harmonia e paz. Tempo de buscar a Luz da Verdade das Leis da Criação. Tempo de contemplar os acontecimentos. As leis da Criação seguem imperturbáveis em sua atuação imutável, tecendo o carma dos indivíduos, dos povos, das nações, enfim, da humanidade. As ações voltadas para o bem trazem o bom retorno, enquanto as malféticas atraem desgraças. Nada poderá se opor, a menos que os indivíduos modifiquem a sua vontade buscando a pureza no pensar e o bem em seus atos.

(*) Graduado pela Faculdade de Economia e Administração da USP. Coordena os sites [www.vidaeaprendizado.com.br](#) e [www.library.com.br/home](#). E-mail: [bicdutra@library.com.br](#).

O futuro do sistema financeiro brasileiro

Nos últimos dezoito meses, o mercado financeiro brasileiro viveu uma transformação sem precedentes

Jorge Iglesias (*)

A Resolução 4.966 do Banco Central, que estabelece critérios mais rigorosos de governança e gestão de riscos para instituições financeiras, e a Resolução CVM 21, que atualiza normas de fundos de investimento sob a supervisão da Comissão de Valores Mobiliários, são apenas alguns exemplos de como a regulação tem moldado o presente e pavimentado o futuro do setor. O que parece complexo e desafiador hoje é, na verdade, a base de um sistema financeiro mais seguro, competitivo e inovador.

Ao olhar para os próximos cinco anos, quatro eixos merecem destaque: regulação, open finance, a evolução de pagamentos e crédito digital.

1. Regulação como motor de inovação - Diferentemente de outros mercados, no Brasil a regulação não é apenas um freio, ela é também um acelerador. O Banco Central tem se mostrado protagonista em criar um ambiente de modernização. Nos próximos anos, veremos regulações cada vez mais orientadas a pro-



Jeanub Zerdicki_Pexels_CANVA

teger o consumidor, reduzir assimetrias de informação e incentivar competição. O desafio das instituições será transformar esses requisitos em oportunidades para lançar produtos mais inteligentes, ágeis e transparentes.

2. Open finance como padrão do mercado - O open finance já deixou de ser uma promessa para se tornar um novo padrão de relacionamento entre bancos, fintechs e clientes. A tendência é que, em cinco anos, o compartilhamento de dados seja não apenas obrigatório, mas esperado pelos consumidores. Isso abrirá espaço para ofertas hiperpersonalizadas de crédito, investimentos e seguros. Quem souber usar dados

com ética e inteligência terá uma vantagem competitiva clara.

3. Pagamentos digitais em expansão contínua - O Pix inaugurou uma nova era, e sua trajetória ainda está longe do auge. A modularização das ofertas, como Pix automático ou funções específicas desacopladas dos sistemas legados, deve ganhar força, permitindo que bancos menores e cooperativas ofereçam serviços competitivos sem arcar com custos desproporcionais. Além disso, veremos o fortalecimento de carteiras digitais, tokens e novos arranjos que dialogam diretamente com o consumidor final e reduzem atritos em jornadas de pagamento.

4. Crédito digital como catalisador de inclusão - O crédito digital será, talvez, o campo mais transformador dos próximos anos. Modelos de concessão cada vez mais baseados em dados alternativos, como comportamento digital, histórico de pagamentos instantâneos e até biometria comportamental, vão ampliar o acesso de pequenas empresas e cidadãos a linhas de financiamento. Isso significa maior inclusão financeira e impacto direto na economia real.

Os próximos anos serão marcados por um equilíbrio delicado: responder às exigências regulatórias sem perder agilidade, explorar o potencial do open finance sem descuidar da privacidade e expandir pagamentos e crédito digital de forma segura e escalável.

A boa notícia é que o Brasil já ocupa posição de vanguarda nesse debate. E se mantivermos o ritmo atual, teremos não apenas um sistema financeiro mais robusto, mas também mais democrático e acessível.

(*) CEO da Topaz, uma das maiores empresas de tecnologia especializada em soluções financeiras digitais do mundo e parte do grupo Stefanini.

Como contratos inteligentes estão mudando a forma de proteger imóveis no Brasil

Rafael Pimenta (*)

A tradição jurídica brasileira sempre colocou o imóvel no centro da segurança patrimonial. Contudo, em tempos de instabilidade econômica e alta litigiosidade, não é incomum que famílias e empresas vejam seus bens serem alvo de penhoras, bloqueios e execuções forçadas. Em muitos casos, a proteção oferecida por regimes tradicionais mostra-se insuficiente diante da velocidade das constrições judiciais. É nesse ponto que o avanço tecnológico se alia ao direito e inaugura um novo paradigma: a tokenização e gestão de ativos digitais imobiliários. Trata-se de uma arquitetura jurídica e contratual que transforma o imóvel físico em um ativo digital juridicamente estruturado, dificultando as penhoras e a venda forçada mesmo em cenários críticos.

O diferencial desse modelo está na forma como a cessão de direitos é construída e registrada. Quando um imóvel é transformado em ativo digital imobiliário e essa cessão é formalizada em contrato de longa duração, ocorre um deslocamento da esfera de disponibilidade jurídica do bem. A prenotação cartorária, anotada na matrícula, funciona como um bloqueio preventivo legítimo contra ordens de penhora. Não se trata de artifício, mas de um uso inteligente de dispositivos já consolidados no ordenamento civil: prioridade registral, publicidade e força obrigatória dos contratos. Na prática, cria-se uma barreira legítima e transparente que dificulta o acesso imediato de terceiros ao patrimônio, garantindo previsibilidade ao titular.

Outro aspecto transformador é a duração do contrato. Com prazos que chegam até 20 anos, o imóvel deixa de ser um bem plenamente disponível no mercado e passa a

estar juridicamente afetado a um programa de cessão. Isso significa que, mesmo em cenários de execução, a prioridade contratual deve ser respeitada. Ao separar o bem físico do direito contratual lastreado no bem, a tokenização redefine a lógica do patrimônio. O imóvel continua em posse do proprietário, que pode morar ou alugar a terceiros, enquanto o fluxo econômico é organizado pelo ativo digital. O resultado é a preservação da posse e da utilidade do imóvel e a criação de uma barreira legal contra pressões externas.

Mais do que proteção imediata, a gestão de ativos digitais imobiliários se revela uma estratégia de antecipação jurídica a riscos futuros. Ao estruturar previamente a cessão e o registro, o titular se adianta a possíveis constrições, criando uma rede de previsibilidade. Esse mesmo modelo pode ser utilizado em planejamento sucessório, ao assegurar continuidade em caso de falecimento, ou em reestruturação empresarial, ao manter ativos organizados e fluxos de caixa previsíveis. A proteção não é absoluta, mas funciona como um amortecedor contra as intempéries jurídicas, permitindo maior controle sobre os destinos do patrimônio.

Diante de uma execução judicial inesperada, o contrato registrado em cartório confere resiliência. O imóvel, já alienado ao programa de cessão, não pode ser vendido forçadamente sem que antes sejam respeitados os direitos ali constituídos. Isso reduz drasticamente o risco de perda imediata do bem. Em situações extremas, como falência ou herança litigiosa, o modelo só poderia ser desconsiderado se ficasse demonstrado fraude, abuso ou ausência de substância econômica. Justamente por isso, a solidez do-

cumental, o registro e a governança contratual são pilares fundamentais dessa proteção.

O mercado jurídico e financeiro já começa a reconhecer que a tokenização de ativos digitais imobiliários não é apenas uma inovação pontual, mas uma tendência de consolidação. Ao conferir liquidez organizada, previsibilidade e proteção estrutural, esse modelo reconfigura a forma como se pensa o patrimônio: deixa de ser algo estático e vulnerável para se tornar um sistema dinâmico, blindado e resiliente. No Brasil, observa-se um aumento expressivo na busca por mecanismos de proteção patrimonial. Famílias e empresas buscam soluções que garantam segurança contra credores sem abrir mão do uso cotidiano do imóvel. A tokenização responde a essa demanda de forma moderna e juridicamente consistente.

A união entre direito, finanças e tecnologia abriu caminho para um modelo de gestão patrimonial com inteligência jurídica. A tokenização e gestão de ativos digitais imobiliários não elimina riscos em caso de execuções de terceiros, nenhuma estrutura jurídica o faz, mas reduz drasticamente a vulnerabilidade diante de cenários críticos. Mais do que um contrato, trata-se de uma mudança de paradigma: do patrimônio estático e exposto, para o patrimônio dinâmico, protegido e produtivo. O que antes era apenas imóvel, hoje é também um ativo digital imobiliário, cercado por camadas jurídicas de proteção. O futuro da gestão patrimonial aponta para a convergência entre inovação e segurança, e esse movimento já está em curso.

(*) Fundador e CEO da Aluguel Virtual, referência em tokenização de ativos imobiliários na América Latina.